

**Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais
presente na produção acadêmica**

*Preguntas candentes sobre la evaluación educativa: interlocuciones teórico-conceptual
presente en la producción académica*

Michele Luciane Blind de Moraes
Paulo Roberto Dalla Valle
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)
Santa Catarina - Brasil

Resumo

O artigo discute como estudos acadêmicos analisam a avaliação educacional no âmbito nacional, e suas interfaces com a *accountability*, buscando apreender questões candentes sobre o tema no campo da educação. Em termos metodológicos, efetua estudo exploratório de artigos publicados entre 2018-2021, acessados das bases de dados da CAPES, SciELO e ANPEd. Os resultados indicam que o tema se encontra mergulhado numa teia conceitual, cujos arranjos são orquestrados por preceitos neoliberais. Também indicam que pesquisadores tendem à análise crítica, tanto das políticas de avaliação educacional quanto da associação delas com a gestão escolar e mecanismos de responsabilização. Conclui destacando que reflete, nas publicações analisados, o afastamento do Estado enquanto provedor de políticas públicas sociais e o reforço de um Estado avaliador e regulador, condicionado pela racionalidade econômica.

Palavras-chave: Avaliação educacional. Estado avaliador. Regulação por resultados. *Accountability*

Resumen

El artículo discute cómo los estudios académicos han analizado la evaluación educativa a nivel nacional y sus interfaces con la *accountability*, buscando captar preguntas candentes sobre el tema en el campo de la educación. En términos metodológicos, realiza un estudio exploratorio de artículos publicados entre 2018-2021, accedidos desde CAPES, SciELO e ANPEd. Los resultados indican que el tema está inmerso en una teia conceptual, cuyos arreglos están orquestados por preceptos neoliberales. También indican que los investigadores tienden al análisis crítico, tanto de las políticas de evaluación educativa como de su asociación con la gestión escolar y los mecanismos de responsabilización. Concluye destacando que refleja, en las publicaciones analizadas, la eliminación del Estado como proveedor de políticas públicas sociales y el fortalecimiento de un Estado evaluador y regulador, condicionado por la racionalidad económica.

Palabras clave: Evaluación educativa. Estado evaluador. Regulación por resultados. *Accountability*

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

Introdução

Sobressaídos na educação a partir das reformas neoliberais gerenciais do início dos anos de 1990, os sistemas de avaliação educacional passaram a fazer parte da estrutura dos estados nacionais. Nesse âmbito, a utilização de determinado modelo de avaliação teria por finalidade garantir melhorias na qualidade educacional.

Como questão de fundo, as demandas que informam a *New Public Management*ⁱ vêm oferecendo, em muitos países, bases estruturantes para a avaliação educacional. Fundadas no discurso sobre a necessidade de melhoria da qualidade dos serviços públicos, diversas políticas educacionais privilegiam a associação entre a *accountability*ⁱⁱ e os procedimentos de avaliação vinculados em testes padronizados, com ampla divulgação dos resultados e responsabilização das escolas e professores, esta última comumente associada ao estabelecimento de padrões de desempenho e à aplicação de sanções ou recompensasⁱⁱⁱ (Brooke, 2006).

A temática da avaliação educacional envolve ambiente de disputas. De um lado, seu uso é defendido em articulação com mecanismos de participação dos indivíduos no desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas para implantação de sistemas nacionais de avaliação e, de outro, é conclamado por correntes neoliberais sob uma perspectiva economicista, baseada na eficiência e eficácia das ações empreendidas por agentes da esfera pública.

Tais perspectivas neoliberais foram propulsoras de uma nova apreensão da temática, com pressupostos de uma nova gestão pública baseada no gerencialismo. Mesmo que o discurso seja pelo fortalecimento da democracia, predomina uma administração neoconservadora que tem por objetivo a manutenção das formas de regulação e controle dominantes com intuito de modernizar de forma conservadora (Behring, 2008).

Na esteira desse pensamento, Santos (2018, p. 71) enfatiza que:

O Estado reconfigurado, consoante a lógica neoliberal, privatiza setores que antes eram de sua responsabilidade, a fim de tornar-se mais enxuto, mais eficiente e eficaz. Contudo, conforme sinalizado, ele não minimiza seu poder decisório, nem sua relação vertical com a sociedade, já que a área social ganha menos atenção, até porque se propaga a ideia de que o mercado oferece melhores serviços e com maior eficiência. O Estado gerencial tornou-se ao mesmo tempo mínimo e máximo, mais avaliador e responsável pela abertura de espaço para o mercado. Todavia, ao passo que fomenta a ampliação do espaço do mercado, o Estado também amplia sua submissão a ele, ao produtivismo, à concorrência e à lógica de resultados.

De fato, como bem lembram Schneider e Nardi (2014, p. 13), na educação “[...] tem sido privilegiada a associação entre a *accountability* educacional e os procedimentos de avaliação vinculados em testes padronizados, com ampla divulgação dos resultados”. No campo discursivo, essa associação proclama a preocupação dos países com as questões relacionadas à melhoria da qualidade educacional. Para os autores, em nome da qualidade, portanto, são evocados dispositivos de avaliação e responsabilização enquanto elementos considerados indispensáveis para o alcance da qualidade.

Hodiernamente, presencia-se o caráter excludente do modelo de avaliação educacional praticado no país, seus efeitos deletérios na ação das escolas e na aprendizagem dos alunos, bem como à incapacidade de o modelo praticado promover a equidade educacional. As críticas recaem, principalmente, aos efeitos do uso dos resultados das provas realizadas pelos estudantes e da avaliação da escola no trabalho docente e nas atividades de gestão escolar (Schneider, 2017). É por esta razão que se verifica a necessidade de aprofundar os estudos sobre o tema.

Constitui, pois, objetivo deste trabalho, analisar a temática da avaliação educacional no âmbito nacional, buscando compreender questões candentes para o campo da educação, por meio de um balanço das bases teórico-conceituais da produção acadêmica.

No que tange aos aspectos metodológicos, o texto em pauta compreende um estudo exploratório de noventa^{iv} trabalhos publicados no período entre 2018 e 2021^v, acessados das bases de dados^{vi} Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Base de Dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nas Reuniões Científicas Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPEd). Para a seleção das publicações se adotou como filtros de busca: descritor - avaliação educacional (objeto de estudo dessa investigação); idioma português (para descobrir como a temática é abordada pelos pesquisadores em nível nacional); e área de concentração – educação.

Tendo em conta o objetivo do trabalho, o texto inicia com uma breve discussão sobre o caminho metodológico. Na sequência, apresenta a análise descritiva e os resultados do balanço da produção acadêmica, de modo a apontar questões candentes sobre a temática na contemporaneidade.

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

Produção acadêmica sobre avaliação educacional: caminhos metodológicos, apresentação e análise dos resultados da pesquisa

As referências dos bancos de dados disponíveis auxiliam no contato com a produção acadêmica de outros pesquisadores e permitem ampliar a base teórica sobre determinada temática, seja por meio de uma interação com o que está sendo investigado/publicado, seja para vislumbrar outras perspectivas de estudo (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021).

Tomando por base o levantamento realizado nos bancos de dados ANPEd, CAPES e SciELO, os resultados possibilitaram a composição de agrupamentos em eixos temáticos, do corpus coligido. Passou-se a análise dos mesmos, servindo-nos da técnica de análise temática (Bardin, 2016) para compor as categorias analíticas, que serão apresentadas na sequência.

A técnica de análise temática,

Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestadas e simples (Bardin, 2016, p. 201)

O processo de construção das categorias ocorreu por meio de três etapas: a) pré-análise – momento em que realizamos a leitura flutuante dos títulos, resumos e considerações finais, aproximando-nos assim da temática; b) definição e organização das produções de acordo com o tema; c) exploração do material com a leitura integral dos trabalhos, de onde extraímos e compomos as categorias de análise; d) análise e interpretação do material. Este movimento metodológico, se estruturou de forma dialógica, revisitando-se as etapas rigorosamente, de modo a evitar ao máximo possíveis incompreensões.

O Quadro 1 identifica os eixos constituídos e o quantitativo da produção levantada, por base de dados.

Quadro 1: Distribuição dos trabalhos por eixo temático e por banco de dados

Categorias Temáticas	ANPEd	CAPES	SciELO	Total de Trabalhos
Estado, Políticas e Sistemas de Avaliação	07	07	31	45
Avaliação e Educação Superior ^{vii}	02	07	21	30
Avaliação e Gestão da Educação	02	03	10	15
Total	11	17	62	90

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

A partir da organização metodológica emergiram três categorias temáticas de análise, conforme Quadro 1, e estas são compostas por subtemas que serão detalhados a seguir com alguns breves excertos dos achados evidenciando as análises e constituição das categorias.

Em relação ao eixo temático *Estado, Políticas e Sistemas de Avaliação*, delimitaram-se subtemas de análise, conforme demonstrado no Quadro 1. Os subtemas foram constituídos de modo a apreciar o conhecimento produzido e avaliar a situação do eixo temático considerando o recorte temporal proposto, de modo a possibilitar inferências acerca das questões emergentes nos trabalhos aportados.

Quadro 2: Subtemas do eixo temático Estado, Políticas e Sistemas de Avaliação e respectiva quantidade de trabalhos aportada

Subtemas	Frequência no Subtema		Total de Trabalhos
	Nº	%	
1. Sistemas de avaliação	19	42%	45
2. Política de regulação por resultados	11	24%	
3. Planos nacionais de educação	05	11%	
4. Políticas de currículo	04	09%	
5. Programas nacionais de educação	04	09%	
6. Financiamento da educação.	02	05%	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Conforme é possível verificar, no Quadro 2 o subtema com maior quantidade de trabalhos, totalizando 42%, é *sistemas de avaliação*. Cabe destacar que, em nível nacional, a instituição responsável por efetuar estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Com o intuito de acompanhar a Educação Básica, o Inep aplica o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e, para avaliar a qualidade da educação superior, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Para Lima, Ambrósio, Ferreira e Brancher (2019, p. 89), partindo da análise produzida pela aplicação dessas avaliações “[...] é possível observar o desempenho tanto do estudante quanto das instituições e, assim, calcular indicadores de qualidade que, dentro de um contexto, oportunizarão decisões de melhorias do processo de ensino e aprendizagem.”

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

Nesse subtema, a temática relacionada ao Enem foi a que atraiu maior atenção dos pesquisadores. Os objetivos dos artigos versaram sobre a utilização do ENEM como fonte de avaliação educacional por apresentarem características, tais como: funções somativa e proativa, periodicidade e aplicação em larga escala.

Os trabalhos que abordaram o desempenho no ENEM, transitaram entre as especificidades dos Institutos Federais (IFs), que mostram uma realidade distinta das demais esferas. Por outro lado, pesquisadores buscaram revelar o papel que esta avaliação desempenha na conformação e na consolidação de um mercado educacional no Brasil. Silva e Melo (2018, p. 1386) alertaram para o “caráter mercadológico, congruente ao novo estágio do capitalismo em nível mundial [...] nesse processo, o Estado brasileiro assume o papel de formulador, regulador e avaliador de resultados.”

Por sua vez, o desempenho nas avaliações em larga escala no SAEB também permitiu a formulação de políticas públicas educacionais no Brasil. Para Basso, Ferreira e Oliveira (2021, p. 1), “as políticas educacionais estão relacionadas, principalmente, ao uso dos dados como instrumento de gestão, à formação de professores, à disseminação de informações sobre o sistema educacional, à produção de materiais pedagógicos, a critérios de distribuição de recursos e a políticas de incentivo salarial.” Os autores concluem que apenas usar os resultados para elaboração de políticas não é suficiente, razão pela qual defenderam ser necessário ampliar o uso das informações disponibilizadas para além do desempenho dos alunos nos testes cognitivos.

Um problema subjacente às avaliações em larga escala e que precisa ser debatido, é apontado por Cavalheiro, Meneghetti e Severino (2018, p. 1) ao destacarem que:

Os estudantes manifestaram acentuada preocupação com a obtenção de nota, deixando a aprendizagem em segundo plano, percebendo de forma nebulosa o caráter oculto e legitimador da avaliação que, ao atribuir notas e classificá-los, responsabiliza-os por seus êxitos e fracassos, naturalizando a reprovação e a evasão.

Outro tipo de discussão que encontra solo fértil nos trabalhos analisados é a relação entre as avaliações e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), haja vista a perspectiva do Estado Avaliador que, com o objetivo de controlar e fiscalizar, por meio de exames nacionais, busca adotar critérios censitários para comparação de resultados. Dessa forma, a avaliação externa vem atuando como reguladora do trabalho docente e das perspectivas curriculares nas escolas brasileiras.

Nessa perspectiva, os trabalhos desse subtema salientaram que existe uma tríade (avaliação externa, BNCC, IDEB) que opera como reguladores do trabalho docente, das perspectivas curriculares e, conseqüentemente, das práticas pedagógicas no cotidiano escolar, estritamente ligadas ao discurso pela busca da qualidade na Educação.

O segundo subtema com maior incidência de trabalhos foi *política de regulação por resultados*, formado por 24% do total de artigos. Nesses artigos, as conjugações do modelo oficial corrente no plano educacional com políticas de regulação por resultados realçam a feição da *accountability* em sua forma contemporânea. Ou seja, “[...] a vez e o lugar da *accountability* vêm se afigurando com base em referenciais de uma perspectiva unidirecional, porquanto o papel que lhe tem sido atribuído no seio de políticas públicas orientadas para pautar um modelo de qualidade segundo a lógica de mercado” (Nardi, 2019, p. 01).

No trabalho “*Accountability* em educação: configuração no seio das políticas educacionais de regulação por resultados”, Nardi (2019, p. 01) destacou que os objetivos educacionais em vigor dão forma a diferentes abordagens para a *accountability*, mas que:

[...] o foco no império dos resultados constitui o determinante central do modelo acionado por diversos Estados nacionais na atualidade, como ocorre no Brasil. Defesas a essa forma, frequentemente justificadas em razão de sua capacidade de “mobilizar” as escolas para a melhoria dos resultados, em face do efeito dos sistemas de incentivos e sanções, contrastam com as críticas que vão da denúncia quanto ao deslocamento de prioridades para o alcance desses resultados e negligência em relação às condições de aprendizagem nas escolas, ao apontamento de um flagrante processo de comprometimento da natureza do trabalho educacional e, no limite, da própria educação como bem social.

Isso pode ser identificado nos outros trabalhos que tratam do assunto que objetivaram analisar a forma como o desempenho nas avaliações externas impacta nas decisões e ações nas redes de ensino e nas políticas educacionais. Desvelaram que a busca pela melhoria na performance dos testes nem sempre reflete melhoria da qualidade de ensino e que as pesquisas apontam “[...] indícios de uma rendição dos profissionais da educação à lógica gerencialista que coloniza a política educacional na atualidade.” (Almeida, 2020, p. 1).

Há, ainda, os trabalhos que se debruçaram sobre a educação básica e o direito à educação, pautados na universalidade e igualdade dos cidadãos. Para Pimenta, Sousa e Flores (2021, p. 1), “avaliar propostas de avaliação da educação é um passo relevante para apreciar o potencial dessas iniciativas em promover qualidade com equidade, tendo em vista garantir o cumprimento do dever do Estado na garantia do direito à educação.”

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

Na sequência, com 11% dos trabalhos levantados, temos o subtema *planos nacionais de educação*. Nele, cinco trabalhos abordaram o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e suas especificidades para determinadas abordagens, tais como: PNE e Lei de Responsabilidade Educacional (LRE); Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR); Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Educação do Campo no PNE; e, por fim, PNE, Plano Estadual de Educação do estado do Espírito Santo e alguns planos municipais que integram a região metropolitana da grande Vitória (aprovados em 2015).

De um modo geral, algumas conclusões expostas nesses artigos dão conta de que ocorreram avanços no PNE implantado em 2014 no que diz respeito aos planos nacionais anteriores. Contudo, problematizaram que o processo de institucionalização de diretrizes ainda é muito baixo e que existe necessidade de mobilização pelo cumprimento dos planos e sua efetivação em perspectiva democrática e com foco na qualidade. Nesse sentido, a promoção de um padrão mínimo de qualidade nortearia a elaboração de legislação que contemplasse a organização e estrutura do PNE sem vínculo com a obtenção de metas de desempenho.

Outros dois subtemas, *políticas de currículo e programas nacionais de educação*, reúnem, cada um, 9% dos trabalhos levantados. No que diz respeito aos trabalhos do primeiro subtema, eles versam sobre a relação que se estabelece entre avaliação e currículo, demonstrando tessituras de conjunção que adquiriram características e propósitos distintos. Esse apontamento pode ser verificado na pesquisa de Bauer (2020), que constatou terem sido as avaliações externas e em larga escala indutoras de práticas curriculares e pedagógicas nas escolas brasileiras, comprovando a existência de um reducionismo e controle curricular. A autora conclui apontando a importância de se recolocar a discussão para além da referida indução curricular, “[...] defendendo o imperativo de incorporar o debate sobre as finalidades e objetivos educacionais, bem como a análise do potencial de avaliações e currículos para efetuar a garantia constitucional ao direito à educação.” (Bauer, 2020, p. 1).

Chama atenção o artigo de Girotto (2019), intitulado “Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional”. O autor argumenta que a BNCC, aprovada em 2017, “[...] não busca enfrentar as desigualdades educacionais

brasileiras, uma vez que não problematiza as condições materiais das escolas públicas e do exercício da docência” (p. 1). No artigo, são analisados dados sobre infraestrutura, formação docente, perfil socioeconômico dos estudantes disponíveis no Censo Escolar de 2017 e nos microdados do SAEB de 2015. A investigação apontou a manutenção de um quadro de desigualdade na educação brasileira, com possíveis implicações nos processos de ensino-aprendizagem atreladas às políticas curriculares e que, “sem o enfrentamento de tais condições, qualquer proposta de alteração curricular poderá se configurar como mecanismo de gestão da desigualdade, verificado em outras políticas educacionais recentes no Brasil sob a lógica da Nova Gestão Pública” (Giroto, 2019, p. 1).

Dois trabalhos abordaram as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio, haja vista que no ano de 2022, com a reforma, essas diretrizes começaram a ser implementadas pelas escolas. São discutidos dois aspectos fundamentais: primeiro, a suposta centralidade dos jovens nos processos educacionais; e, segundo a natureza dos compromissos da escola na busca pela superação das desigualdades socioeconômicas. Como resultado, os autores apontam que a reforma acentuou a desigualdade educacional e impactou a formação desse segmento e o trabalho desenvolvido pela escola. É importante assinalar que, no discurso, o novo currículo é o parâmetro utilizado para medir a qualidade, sem levar em consideração condicionantes do processo de ensino-aprendizagem aconteça.

Por sua vez, o subtema *programas nacionais de educação*, que totalizou igualmente 9% dos trabalhos, apresentou uma curiosidade. Dos quatro trabalhos, três pertencem aos mesmos autores, Alex de Oliveira Fernandes e Suzana dos Santos Gomes, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais, e trazem a mesma temática com algumas modificações. Nos trabalhos, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (Paae) foi analisado sob a óptica de sua relação com avaliação educacional, currículo e trabalho docente. Os autores, cuja investigação versou sobre a implantação do programa na rede pública estadual de ensino de Minas Gerais, revelaram que existe “[...] uma assimetria entre o discurso e a prática. Embora a maioria dos professores utilize o PAAE, no papel de política pública de avaliação, ele não tem alcançado os resultados esperados pelos gestores e idealizadores.” (Fernandes; Gomes, 2020, p. 386).

O menor número de trabalhos, totalizando 5% do total, filia-se ao subtema *financiamento da educação*. Os trabalhos ressaltam a questão da infraestrutura das escolas e

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

dos investimentos públicos destinados à educação como elementos que podem interferir para elevar o desempenho nas avaliações. Alguns dos resultados demonstrados evidenciam que a implementação de infraestrutura pelo município influencia na qualidade da educação ofertada. Contudo, também evidenciam existir carência de mecanismos administrativos voltados para uma eficiente gestão do investimento público oferecido pelos municípios.

O recente estudo de Vasconcelos, Lima, Rocha e Khan (2021, p. 874) chamou a atenção para o fato de que “[...] os investimentos em educação impactam de maneira diferenciada as escolas com menores e maiores níveis de infraestrutura, o que reforça a necessidade de uma alocação eficiente de recursos.” Constataram que as instituições de ensino com menor infraestrutura respondem mais significativamente aos recursos investidos e que um bom planejamento para o uso dos recursos, “[...] é crucial para garantir bons resultados no aprendizado e no desenvolvimento do aluno” (p. 892).

No que se refere ao eixo temático *Avaliação e Educação Superior*, foram delimitados quatro subtemas de análise, conforme consta no Quadro 3.

Quadro 3: Subtemas do eixo temático *Avaliação e Educação Superior* e respectiva quantidade de trabalhos aportada

Subtemas	Frequência no Eixo		Total de Trabalhos
	Nº	%	
1. Formação e trabalho docente	13	43%	30
2. Acesso à educação superior	08	27%	
3. Gestão educacional.	05	17%	
4. Políticas de Educação Superior	04	13%	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Nesse eixo, conforme observado no Quadro 3 o subtema com maior quantidade de trabalhos, totalizando 43%, foi *formação e trabalho docente*. A trajetória formativa e profissional foi abordada trazendo a experiência de egressos e seu pensamento sobre o curso superior. Referem-se à visão das oportunidades de formação continuada, revelando que as dificuldades financeiras e a falta de tempo para se dedicar à pós-graduação são os maiores empecilhos. Outrossim, houve críticas quanto ao currículo do curso realizado, que deveria ser mais aberto, líquido e inspirado em transdisciplinaridade.

Alguns estudos investigaram a avaliação da aprendizagem na formação docente em cursos de licenciatura e constataram a falta de criticidade e preparação na lida com os critérios de avaliação, por vezes, sem validade e fidedignidade. Essa característica tem forte impacto na trajetória escolar dos estudantes, uma vez que ainda não permite o uso dos resultados para organizar o processo de ensino e aprendizagem (Siqueira; Freitas; Alavarse, 2021).

Nessa perspectiva, os autores defendem que a formação universitária carece de ferramentas para os futuros profissionais acerca das práticas avaliativas realizadas na escola e que ganham centralidade nas avaliações externas no cenário brasileiro.

Fávero, Consaltér e Tonieto (2020, p. 2) ressaltaram que essa centralidade está em prol de um modelo educacional fortemente influenciado pelos discursos do mercado e que assim “[...] a avaliação tem sido um instrumento de legitimação de poder dos governos, altamente subservientes ao discurso economicista da mercantilização da educação, e tem induzido os sistemas educacionais, principalmente no que diz respeito às reformas de educação [...]”.

Cabe destacar que as reformas educacionais a partir da década de 1990 trouxeram mudanças significativas sobre a estrutura educacional brasileira. Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996, tanto a graduação quanto a pós-graduação assumiram contornos que definiram o contexto de trabalho de atuação dos docentes. O artigo de Viana Filho et al. (2019) observou o percurso de formação da pós-graduação nas últimas duas décadas, segundo um contexto de trabalho historicamente situado, e o processo de normatização do trabalho do professor, por meio de um conjunto de competências e atributos que passaram a lhes ser inerentes.

Na esteira desse pensamento, existem dispositivos legais que permeiam o cotidiano do trabalho docente, como é o caso da Avaliação do Desempenho Docente (ADD) nas redes públicas estaduais de educação básica no Brasil. Essa iniciativa está presente em 24 estados brasileiros, porém, apenas em alguns está efetivamente em vigor. Segundo Zatti e Minhoto (2019, p. 1), existem contradições nessa prática que avalia o desempenho docente e afirma que dessa forma há valorização do magistério e reconhecimento social dessa atividade. Deveras, estimula “[...] o individualismo, a adaptação, a responsabilização, o controle sobre o comportamento e o raciocínio tecnológico entre esses profissionais.” (Zatti; Minhoto, 2019, p. 1).

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

O subtema *acesso à educação superior* foi o segundo com maior número de trabalhos, representando 27% dos artigos encontrados. Dentre as temáticas abordadas pode-se destacar que o Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi elemento central de pesquisa em dois artigos. O Programa “[...] configura-se como Política Pública, de natureza afirmativa, para facilitar o acesso ao ensino superior de camadas sociais com menores oportunidades educacionais, econômicas e culturais” (Andriola; Barrozo Filho, 2020, p. 525).

Outra temática diz respeito ao ENADE, que foi implementado para avaliar os alunos dos cursos de graduação e sua compreensão em assuntos da realidade brasileira e internacional. Além das provas de conhecimento, os alunos devem responder a um questionário para vislumbrar sua percepção sobre a prova aplicada e outro sobre o perfil socioeconômico educacional do aluno. Um aspecto negativo ressaltado pelos pesquisadores diz respeito à relação entre a nota do ENADE e a aferição da qualidade de uma instituição de ensino com base apenas na nota do teste.

O subtema *Gestão da educação* englobou 17% dos artigos pesquisados. Um trabalho concluiu que “quando se planeja alguma ação, quando se executa essa ação e quando se avalia a efetividade dessa ação é que a gestão educacional demonstra fluir em uma IES.” (Gama; Santos, 2020, p. 460). Para Gama e Santos (2020), existem obstáculos nos cursos de graduação que dificultam as práticas de autoavaliação, que são primordiais para um balanço das ações promovidas na instituição, interferindo na busca da qualidade educacional. Nesse sentido, a autoavaliação nada mais é do que um processo de autoanálise em que as instituições avaliam seus pontos fortes e deficiências a enfrentar para melhorar o que está sendo ofertado à comunidade acadêmica.

Os pesquisadores desse subtema apontaram que novas modalidades de avaliação foram requeridas, como a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), ENADE e Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), implantados pela lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que passou a exigir das IES maior transparência dos processos de autoavaliação, com informações válidas e confiáveis disponíveis aos usuários.

Feitas as análises, nota-se que pouco é estudado com relação à autoavaliação de cursos de graduação. Também foi identificado que, desde sua implantação, o SINAES não incluiu esse processo avaliativo em suas exigências. Já o tema avaliação institucional tem atraído mais interessados na escrita, como demonstra pesquisa realizada no período de 2006

a 2016, que teve como objetivo identificar aspectos relevantes da produção científica brasileira sobre avaliação institucional em sete periódicos da área da Educação, com reconhecida relevância. “Os resultados demonstraram que o tema avaliação institucional está sendo contemplado em diversos periódicos, com um número considerável de artigos e com diversas abordagens.” (Barbosa; Boldarine, 2018, p. 698).

Por fim, o subtema política de educação superior representou 13% dos artigos filiados ao eixo. Em geral, os artigos versam sobre a influência de organismos internacionais na elaboração de políticas para a educação superior no Brasil, especialmente do Banco Mundial.

Mota Junior (2019) fez uma análise das relações entre as elaborações expressas nos documentos do Banco Mundial para a educação brasileira e a contrarreforma da educação superior executada pelo governo Lula da Silva, no período de 2003 a 2010. Constatou que o Banco Mundial cumpriu papel destacado na definição do conteúdo das políticas que constituiu tal contrarreforma.

Nessa linha de pensamento, Diniz e Goergen (2019) assinalam a constituição de um modelo educacional para o ensino superior brasileiro notadamente privado, de caráter mercantilista, como estratégia de expansão. Destacam que, embora a educação seja direito social e de interesse público, esse modelo é compatível com preceitos neoliberais, sendo as avaliações mecanismos de fiscalização pelos órgãos competentes.

O último eixo temático, intitulado *Avaliação e gestão da educação*, reúne 15 trabalhos (17%), resultando na identificação de dois subtemas, conforme consta no Quadro 4.

Quadro 4: Subtemas do eixo temático Avaliação Gestão da Educação e respectiva quantidade de trabalhos aportada

Subtemas	Frequência no Eixo		Total de Trabalhos
	Nº	%	
1. Desempenho educacional e gestão	09	60%	15
2. Democratização da escola e gestão	06	40%	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados da pesquisa.

Relativamente ao subtema *desempenho educacional e gestão* sobressaem-se algumas discussões que versam sobre a gestão dos sistemas municipais de ensino e sua relação com a avaliação. Como destacam Gomes e Melo (2018, p. 1200), “os temas Gestão Educacional e Políticas de Avaliação nunca foram tão polêmicos como no contexto atual em que ambas as áreas foram e continuam sendo alvo de profundas alterações que acarretam consequências

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

controvertidas.” As autoras enfatizam que foi a partir da década de 1990 que gestão e avaliação ganharam relevância no cenário educacional e passaram a constituir eixos estruturantes das políticas educacionais brasileiras.

De fato, essa guinada produziu uma nova regulação, com mais controle por parte dos gestores dos sistemas de ensino. Ou seja, verificou-se a introdução de um projeto liberalizante em sintonia com as transformações econômicas que vinham ocorrendo mundialmente, implicando em políticas públicas educacionais com traços de uma gestão gerencial.

Dessa feita, visando fortalecer a gestão no âmbito das escolas e sistemas de ensino, com o objetivo de melhorar a formação dos profissionais e trazer a sociedade civil para mais perto das decisões da escola, buscando distribuir responsabilidades, “[...] entram em contradição com a prática de centralização e controle das escolas, pelo topo do sistema e a consequente redução da autonomia das escolas, abrangendo diretamente tanto os diretores quanto os professores” (Gomes; Melo, 2018, p. 1203).

Como bem destaca Ribeiro (2021, p. 1), “assim, a gestão dos sistemas de ensino vai se prestando ao mesmo papel do Estado-avaliador (da ideologia neoliberal às políticas de avaliação)”. Na análise, a autora percebeu que o sistema nacional de avaliação não está conseguindo subsidiar os municípios de forma que estes possam melhorar a qualidade do ensino, e que a prestação de contas vem sendo aferida com base no “ranqueamento” do desempenho escolar. São características demarcadas por um Estado Avaliador que importou um modelo gerencial do setor privado que prioriza apenas os resultados. Assim, não é raro que os gestores públicos se confrontem com dilemas e tensões advindas de atores individuais e coletivos, internos e externos, regulamentações legais, demandas sociais, entre outros.

Na esteira desse pensamento, Passone (2020, p. 1) acrescentou que essa pressão advinda do aparato de gestão e avaliação, “[...] fornece suporte ao que se considera uma verdadeira impostura político-pedagógica à moda brasileira: as avaliações educacionais estandardizadas associadas às metas de desempenho e aos dispositivos de responsabilização escolar.”

Quanto ao subtema *democratização da escola e gestão*, a discussão verte sobre as condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. Os artigos enfatizam que o ambiente democrático está em processo de desenvolvimento e que foi a variável de maior crescimento nos últimos anos, “indicando que docentes e gestores escolares estão

produzindo condições mais horizontais para o diálogo e para a lida com os conflitos e problemas do cotidiano escolar.” Contudo, as formas de provimento democráticas da gestão escolar parecem perder força, uma vez que a ênfase recai sobre “[...] a utilização de modelos menos democráticos e que enfatizam a face técnica ou a vinculação política e eleitoral do diretor escolar com o governo vigente, de forma a se tratar, ao que parece, de uma retomada de modelo patrimonialista da gestão pública no Brasil.” (Souza, 2019, p. 286).

Ficou evidente no conjunto de trabalhos deste último bloco, ser fundamental indagar e problematizar as políticas educacionais em curso e, particularmente, as de avaliação e gestão da educação com base em referenciais teóricos. Não apenas para desvelar a sua essência e finalidades, mas também, que carreguem o potencial de contribuir para a superação da própria política.

A reflexão produzida pelos estudos mostrou a possibilidade de se evoluir para outra geração de avaliações externas, baseada em princípios socialmente construídos e centrados nas aprendizagens dos alunos, devidamente articulada com outras avaliações (internas e externas) e enquadrada por políticas públicas materializadas em programas que apoiem a formação dos professores.

Análise descritiva e questões candentes para a avaliação educacional

Conforme consta na seção anterior, a análise dos resumos dos 90 artigos levantados, permitiu agrupá-los em três categorias temáticas e subtemas. As linhas de pesquisa sobressaídas referem-se à educação básica e à educação superior, destacando-se, em ambas, a avaliação educacional, políticas de currículo, políticas públicas, sistemas de avaliação, gestão escolar e *accountability* educacional.

No tocante ao eixo temático *Estado, políticas e sistemas de avaliação*, as questões que emergem dos subtemas ressaltam as características centrais de um Estado formulador, regulador e avaliador de resultados, dito de outra forma, um Estado pautado por políticas de regulação por resultados.

Outra questão sobressaída tem relação com o desempenho nas avaliações em larga escala que corroboram formulação das políticas públicas educacionais no Brasil. A denúncia recorrente é que apenas tomar por base o desempenho dos estudantes não é suficiente. Atualmente, os resultados de desempenho induzem a práticas curriculares e pedagógicas nas escolas brasileiras, motivando reducionismo e controle curricular. De fato, a avaliação externa

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

e o currículo acabaram por regulamentar o trabalho docente, tendo em vista que o trabalho do professor precisa estar de acordo com os parâmetros de uma base nacional comum, que será avaliado *a posteriori*.

As pesquisas desvelam disparidade entre o discurso oficial e a realidade no contexto escolar. Se os textos normativos e oficiais tendem a anunciar que as avaliações dão suporte para elevar a qualidade da educação e auxiliar na tomada de decisão das instituições de ensino, influenciando a docência, plataformas curriculares, práticas e processos pedagógicos e aplicação eficiente de recursos financeiros; os estudos acadêmicos demonstram que tais influências não produziram o resultado esperado.

Ainda sobre os trabalhos desse eixo, a questão relacionada à *accountability* educacional pode ser percebida na maioria dos artigos, seja de forma aparente, seja indiretamente. Reverberou uma noção de *accountability* associada aos aspectos que, do ponto de vista discursivo, promoveriam a melhoria da qualidade educacional. Ao que tudo indica prevalece a associação da *accountability* com dispositivos neoliberais na política educacional. Desse ponto de vista, portanto, avaliação, prestação de contas e responsabilização seriam, na visão dos pesquisadores, ferramentas fortalecedoras de políticas meritocráticas na educação.

No tocante ao eixo *Avaliação e educação superior* foi possível constatar que pesquisadores vêm chamando atenção para a lógica de mercado incidente na educação superior. Isso poderia, ser constatado, especialmente, no aumento significativo das IES privadas no país, acarretando na precarização nas condições de trabalho docente e no aumento de desemprego. Uma questão atrelada a essa, é a influência de Organismos Internacionais na produção de políticas para a educação superior no Brasil, identificada como um modelo mercantilista e privatista que tem as avaliações como dispositivos de fiscalização.

Por fim, no que se refere à análise das publicações do eixo temático *Avaliação e gestão da educação*, as questões candentes evidenciaram que, com a Nova Gestão Pública, a regulação assumiu outro papel, atribuindo aos gestores mais controle dos sistemas de ensino, contudo, com autonomia restrita.

Outra questão refere-se ao duplo desafio enfrentado pelo gestor escolar: aumentar a participação da sociedade civil e dos professores pelo caminho da democratização; ao mesmo tempo que deve seguir a racionalidade neoliberal, utilizando modelos menos democráticos e

técnicos. Dessa feita, o Estado Avaliador assume sua face mais perversa, segundo a qual, o desempenho educacional subsidia a qualidade do ensino ofertado. Consoante essa lógica, responsabilizam-se gestores e professores pelos resultados alcançados nas instituições de ensino.

O Quadro 5 apresenta uma síntese das principais interlocuções sobre a avaliação educacional, apontadas pelos investigadores analisados no *corpus* empírico, separadas por eixo temático.

Quadro 5: Interlocuções sobressalentes na análise descritiva por eixo temático

Eixo Temático	Interlocuções da produção acadêmica brasileira sobre avaliação educacional
Estado, Políticas e Sistemas de Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de regulação por resultados; • Estado formulador, regulador e avaliador; • Reducionismo e controle curricular nas escolas brasileiras; • Disparidade entre o discurso oficial e a realidade no contexto escolar; • Associação da <i>accountability</i> com dispositivos neoliberais na política educacional; • Avaliação, prestação de contas e responsabilização fortalecem políticas meritocráticas na educação.
Avaliação e Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Incidência da lógica de mercado na Educação Superior; • Aumento significativo das IES privadas, acarretando na precarização nas condições de trabalho docente e no aumento de desemprego; • Forte influência de Organismos Internacionais na produção de políticas para a educação superior no Brasil, identificada como um modelo mercantilista e privatista que tem as avaliações como dispositivos de fiscalização.
Avaliação e Gestão da Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Baseada na Nova Gestão Pública; • Gestores com maior controle dos sistemas de ensino, mas, com autonomia restrita; • Duplo desafio: a) aumentar a participação da comunidade escolar e, b) agir dentro da racionalidade neoliberal; • Desempenho nas provas estandardizadas e sua relação com a qualidade de ensino ofertada;

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

	Culpabilização da instituição de ensino pelos resultados alcançados nas avaliações em larga escala.
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos achados da pesquisa.

Considerando as questões apontadas na síntese das produções, prevalece a reflexão de que a educação de direito tem sido transformada em prestadora de serviço, configurando-se como uma organização empresarial em detrimento de sua constituição inicial como instituição social. Há evidências da aplicação de conceitos como quase mercado na educação e aumento da desresponsabilização do Estado.

Considerações finais

O estudo possibilitou evidenciar que a avaliação constitui um dos eixos nodais das políticas públicas educacionais recentes. Seu uso passou a ser potencializado pelo Estado, especialmente com o fito de garantir a implementação de políticas endereçadas ao desenvolvimento econômico.

Da análise do *corpus* de trabalhos selecionados, foram identificadas algumas questões candentes, ainda que se trate de uma representação da produção de conhecimento sobre a temática, vinculada à área da Educação. Consoante o exposto, foi possível constatar que o tema da avaliação educacional está mergulhado numa teia conceitual cujos arranjos são orquestrados por preceitos neoliberais, como constatado nos três eixos temáticos: *Estado, Políticas e Sistemas de Avaliação; Avaliação e Gestão da Educação; e, Avaliação e Educação Superior*. Desta feita, os trabalhos analisados tendem, em geral, à realização de análises críticas, tanto das políticas de avaliação educacional quanto da associação delas com a gestão educacional/escolar, atuação do Estado e dispositivos de *accountability*.

O Estado que responsabiliza o funcionário pelo serviço público oferecido, também responsabiliza os docentes e gestores institucionais pelos resultados obtidos nas avaliações externas, essa característica ocorre tanto na educação básica, quanto, na educação superior (pública ou privada). Embalados pela forma predominante de como essa iniciativa ganha corpo no Brasil, as publicações desconfiam de abordagens que prometem outras finalidades que não o controle dos resultados educacionais e a culpabilização do professor e dos funcionários por esses resultados.

Embora se apregoe a democratização do aparato do Estado, pelos órgãos oficiais, e a salvaguarda da democracia, estratégias voltam-se muito mais aos interesses de assegurar

condições de desenvolvimento capitalista, retomando a ideia apresentada na introdução, o cenário é de uma *modernização conservadora* (Behring, 2008). Reverbera, assim, o afastamento do Estado enquanto provedor de políticas públicas sociais e o surgimento de um Estado avaliador e regulador condicionado pela racionalidade econômica. Exemplo disso é a tríade anunciada pelos pesquisadores analisados: avaliação externa, BNCC e IDEB que operam como reguladores do sistema educacional.

Na esteira desse pensamento, prevalece uma operacionalização estatal por mecanismos da nova gestão pública, a partir da qual imperam dispositivos de avaliação estandardizada vinculados a um Estado retraído na sua função social, mas virtuoso no controle e fiscalização dos resultados da educação, boa parte dos pesquisadores tende a considerar a *accountability* educacional uma medida extremamente excludente e negativa às condições de melhoria educacional, que penaliza os currículos escolares, o trabalho docente, a gestão e a cultura das escolas.

Esses pesquisadores compreendem, pois, que aferir o nível de qualidade por meio do desempenho de estudantes em testes de proficiência não contribui para um diagnóstico da realidade educacional, principalmente, porque as provas abrangem apenas algumas disciplinas em detrimento de outras e não refletem aspectos sociais, culturais e econômicos de uma região ou comunidade escolar. Ao divulgar publicamente os índices de desempenho por escola, utilizam outros agentes para inspecionar os resultados alcançados racionalizando os recursos financeiros.

À guisa de uma conclusão, ressalta-se, com base nos resultados, o apontamento da necessidade de um outro olhar para as avaliações, pois, se bem utilizadas, poderiam auxiliar professores nas práticas de ensino, fornecendo diagnósticos sobre as habilidades e competências alicerçadas pelos alunos. Contudo, a ênfase exagerada nas avaliações padronizadas e externas, destoa de uma perspectiva dialética de conhecimento. Cabe destacar que a fundamental função da avaliação é a de analisar o desempenho curricular e diagnosticar o nível de aprendizagem dos estudantes, preconizando um discurso de que a avaliação externa, e seus dispositivos, teriam como sua função pedagógica subsidiar a elaboração de políticas públicas para a melhoria da qualidade educacional.

A se pensar em processos de mudança, parece importante investir na busca por uma maior articulação entre políticas públicas, currículo, ensino e avaliação, valorizando a

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

formação continuada e permitindo participação dos professores no processo de ensino-aprendizagem escolar. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de uma maior aproximação com a formação humana, com base em uma visão crítica de mundo. Ou seja, humanizar a partir de valores que sejam importantes para a maioria da população e não apenas privilégio de uma classe.

Referências

ALMEIDA, Luana Costa. Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa em larga escala: evidências de uma rede. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-17, 2020.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; BARROZO FILHO, José Liberato. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI). **Avaliação**, Campinas, v. 25, n. 03, p. 594-621, nov. 2020.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; BOLDARINE, Rosaria Fátima. Dez anos de avaliação institucional (2006-2016): o que nos mostra a produção de conhecimento. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 698-717, nov. 2018.

BASSO, Flávia Viana; FERREIRA, Rodrigo Rezende; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 115, p. 501-519, 2021.

BAUER, Adriana. “Novas” relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-19, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 377-401, mai./ago. 2006.

CAVALHEIRO, Gabriela Castro Silva; MENEGETTI, Renata Cristina Geromel; SEVERINO, Augusta Teresa Barbosa. Concepções de licenciatura em matemática sobre as metodologias de resolução de problemas e investigação matemática. **Hipátia**, v. 2, n.2, p. 1-12, dez. 2018.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 573-593, nov. 2019.

FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, Evandro; TONIETO, Carina. A lógica do mercado e suas implicações nas políticas e processos de avaliação da Educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-20, 2020.

FERNANDES, Alex de Oliveira; GOMES, Suzana dos Santos. Entre o discurso e a prática docente: interfaces do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (Paae) **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 386-406, abr./jun. 2020.

GAMA, Maria Eliza Rosa; SANTOS, João Timóteo de los. Gestão na educação superior e as avaliações de suas práticas. **Avaliação**, Campinas, v. 25, n. 02, p. 458-476, jul. 2020.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-16, 2019.

GOMES, Suzana dos Santos; MELO, Savana Diniz Gomes de. Políticas de Avaliação e Gestão Educacional: articulações, interfaces e tensões. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1199-1216, out./dez. 2018.

LIMA, Priscila da Silva Neves; AMBRÓSIO, Ana Paula Laboissière, FERREIRA, Deller James, BRANCHER, Jacques Duílio. Análise de dados do Enade e Enem: uma revisão sistemática da literatura. **Avaliação**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 89-107, 2019.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado de conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MOTA JUNIOR, William Pessoa. O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010). **Avaliação**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 213-233, mar. 2019.

NARDI, Elton. *Accountability* em educação: configuração no seio das políticas educacionais de regulação por resultados. **Anais da Anped**, Niterói, out. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. O "furor avaliativo" como sintoma social da educação brasileira? **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 439-453, 2020.

PIMENTA, Cláudia Oliveira; SOUSA, Sandra Zákia; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Dimensões para análise de propostas de avaliação de políticas de Educação Infantil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, p. 1-18, 2021.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Gestão e avaliação de sistemas municipais de ensino público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, p. 1-24, jan./dez. 2021.

SANTOS, Aline Bettliolo dos. **Socialização da participação política e do poder na eleição de diretores escolares: aparência versus essência na gestão democrática da escola pública**. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2018.

Questões candentes sobre avaliação educacional: interlocuções teórico-conceituais presentes na produção acadêmica

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Tessituras intergovernamentais das políticas de *accountability* educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 43, p. 162-186, jan.-mar. 2017.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB e a construção de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 7-28, jun. 2014.

SIQUEIRA, Valéria Aparecida de Souza; FREITAS, Pâmela Félix; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Professores e lacunas formativas em avaliação da aprendizagem: evidências e problematizações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-17, 2021.

SILVA, Rafaela Campos Duarte; MELO, Savana Diniz Gomes. ENEM: propulsão ao mercado educacional brasileiro no século XXI. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1385-1404, out./dez. 2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 271-290, abr./jun. 2019.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; ROCHA, Leonardo Andrade; KHAN, Ahmad Saeed. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 113, p. 874-898, out./dez. 2021.

VIANA FILHO, Marcizo Veimar Cordeiro; MATOS, Tereza Gláucia Rocha; GALINDO, Melissa Cordeiro Torres; SILVA, Roberta da; VALE, Sílvia Fernandes do. O trabalho do professor na pós-graduação no Brasil após a Lei Nº 9394/1996. **Avaliação**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 127-147, mar. 2019.

ZATTI, Antonio Marcos; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de avaliação do desempenho docente nas redes estaduais de ensino do Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-21, 2019.

Notas

ⁱ A *New Public Management*, teve como inspiração o modelo de reforma realizado na Grã-Bretanha, durante os anos de 1990, chamado *Managerialism*. No Brasil, o modelo foi traduzido por Nova Gestão Pública e defendia uma administração pública gerencial (Oliveira, 2015). Corresponde, pois, ao programa de reforma no aparato estatal com base em ferramentas da gestão empresarial que visa melhorar a eficiência e eficácia dos serviços públicos.

ⁱⁱ O termo *accountability* permanece sem uma tradução única. [...] A tradução mais usual tem sido prestação de contas ou responsabilização, mas sua concepção atual não se esgota nesses dois vocábulos. Por se tratar de um tema em expansão “[...] vem sendo discutido com base em uma variedade de abordagens e perspectivas, muitas delas nem sempre convergentes, porém comumente associadas a um discurso político-ideológico e orientadas por reformas na administração pública dos países, nomeadamente as efetuadas a partir dos anos de 1970” (Schneider; Nardi, 2014, p. 10).

-
- ⁱⁱⁱ Em contexto internacional, o estudioso Nigel Brooke (2006, p. 379) acrescenta que “existem ainda sistemas de incentivos e sanções que regem a oferta de recompensas e preveem o fechamento de escolas que não alcançam sistematicamente o desempenho considerado mínimo”.
- ^{iv} Além dos 90 trabalhos, foram encontradas mais duas pesquisas que atenderam aos critérios de inclusão para a investigação, contudo, tratavam de estudos bibliométricos. Portanto, por não possuírem aderência aos eixos temáticos, não foram integradas ao conjunto.
- ^v O período de busca dos trabalhos foi entre 2018 e 2021, objetivando as pesquisas mais recentes sobre a temática da avaliação educacional. O ano de 2022 foi para análise dos achados e preparação para publicação.
- ^{vi} Segundo Morosini (2021), dentre as bases de dados mais usuais em pesquisas dessa natureza no Brasil destacam-se a SciELO e a periódicos Capes, para artigos. Com o fito de aumentar o espectro do *corpus* empírico, acrescentou-se a base de dados as reuniões nacionais 39^a (2019) e 40^a (2021), da Anped.
- ^{vii} O foco dessa investigação busca um aprofundamento sobre a temática da avaliação educacional na educação básica, contudo, os achados da pesquisa impulsionaram a criação de um eixo específico para o ensino superior. Portanto, as análises desse eixo foram incluídas na pesquisa, buscando questões candentes para a referida temática, independente da etapa educacional a que se referia o artigo analisado.

Sobre os autores

Michele Luciane Blind de Moraes

Doutoranda e Mestre do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Linha de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania. Pesquisadora do grupo GEPPeC e GEPPAyA. Desenvolve pesquisas sobre políticas públicas enfocando, principalmente, políticas de avaliação educacional e *accountability*. Bolsista Capes. **ORCID:** <https://orcid.0000-0002-0251-0608>
E-mail: micheleblind10@gmail.com

Paulo Roberto Dalla Valle

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós –Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Linha de Pesquisa Processos Educativos – Grupo de Pesquisa: Formação Docente e Práticas de Ensino (GEFOPE). Bolsista UNIEDU. Mestre em Educação - Unochapecó. Servidor da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. **ORCID:** <https://orcid.00000-0002-4075-7150>
E-mail: pauloroberto.dallavalle@gmail.com

Recebido em: 18/02/2023

Aceito para publicação em: 09/01/2024